

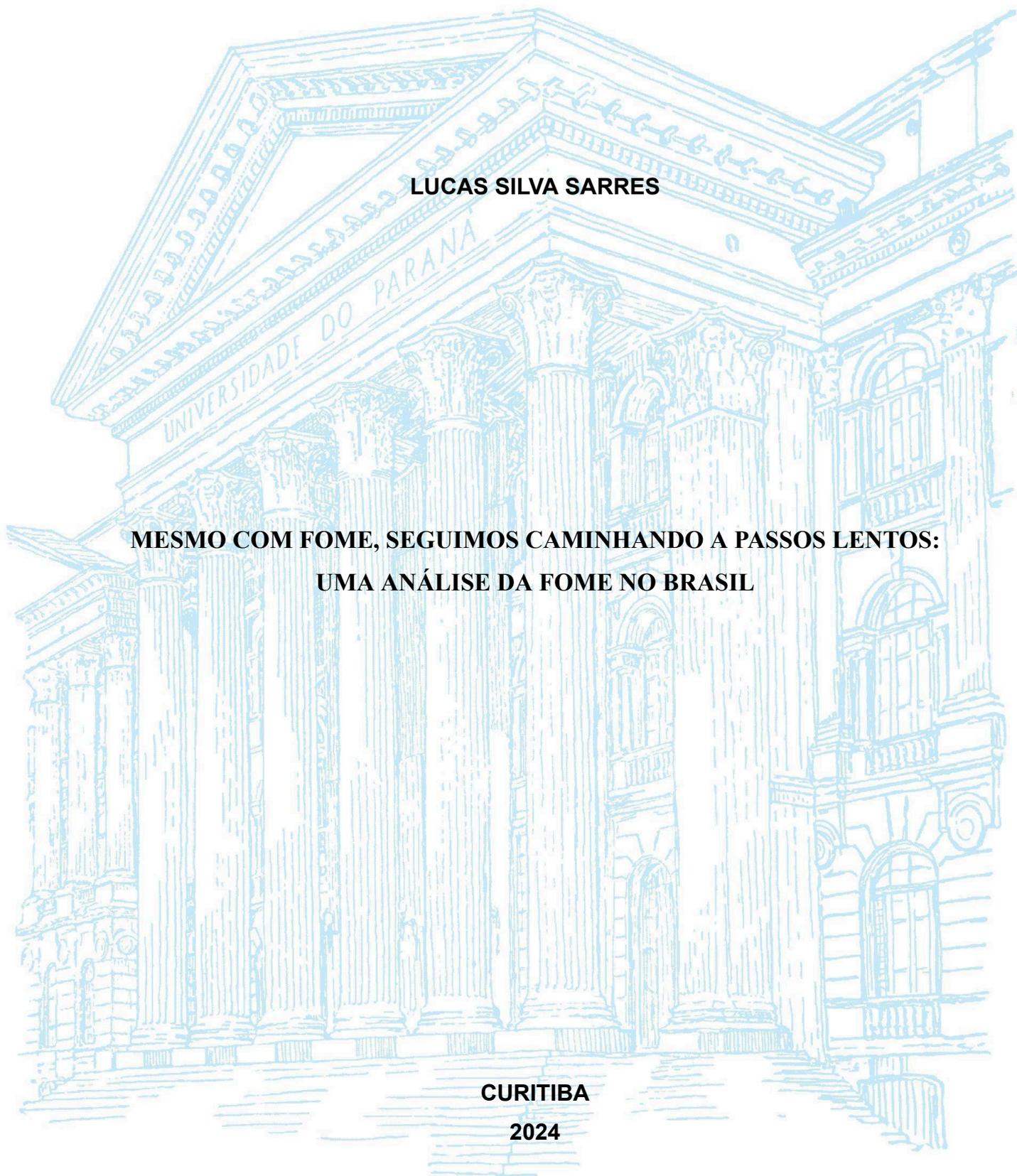
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS SILVA SARRES

**MESMO COM FOME, SEGUIMOS CAMINHANDO A PASSOS LENTOS:
UMA ANÁLISE DA FOME NO BRASIL**

CURITIBA

2024



LUCAS SILVA SARRES

**MESMO COM FOME, SEGUIMOS CAMINHANDO A PASSOS LENTOS: UMA
ANÁLISE DA FOME NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof. Dr. Wellington Pereira

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTOS

Dedico essa monografia aos meus pais, Luciana e Luiz Felipe, por todo o apoio e amor incondicional ao longo desta jornada acadêmica. Sem o suporte e a dedicação de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Quero fazer uma menção especial à minha querida avó Sônia, que sempre foi uma fonte de inspiração e força. Sua sabedoria e carinho foram fundamentais em todos os momentos.

Agradeço também ao meu orientador Dr. Wellington Pereira, por sua paciência, orientação e por acreditar no potencial deste trabalho, mesmo diante dos desafios enfrentados.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, e a mim mesmo, por ter perseverado até o fim. Agradeço à vida por ter me proporcionado encontros e experiências que enriqueceram minha trajetória acadêmica e pessoal.

“A pobreza não é um acidente. Como a escravidão e a segregação, ela é criada pelo homem e pode ser removida pelas ações dos seres humanos.”

Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da problemática da fome no Brasil, explorando o conceito do que é fome e os impactos que reverberam na sociedade por meio de algumas das políticas públicas que foram adotadas para o combate à fome. A fome, um desafio persistente e multifacetado, está enraizada em fatores socioeconômicos, históricos e políticos, como a desigualdade de renda, a concentração de terras e o acesso precário à educação e à saúde. Ao longo da história, figuras notáveis como Herbert de Souza, o Betinho, desempenharam papéis cruciais na conscientização e mobilização contra a fome, influenciando a implementação de políticas públicas significativas. O estudo examina programas emblemáticos como o Comunidade Solidária, o Fome Zero e o Bolsa Família, destacando suas origens, estratégias e impactos na redução da insegurança alimentar. Apesar dos avanços alcançados, a fome continua sendo um desafio significativo no Brasil, exigindo um esforço conjunto e multidisciplinar envolvendo governo, sociedade civil, setor privado e academia. A análise crítica dessas políticas públicas busca avaliar sua efetividade, eficiência e impacto, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis. Este estudo destaca a importância de uma abordagem integrada e coordenada para enfrentar a fome, promovendo a inclusão social e a autonomia das famílias em situação de insegurança alimentar.

Palavras-chave: fome, insegurança alimentar, políticas públicas, Brasil, inclusão social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the issue of hunger in Brazil, exploring the concept of hunger and its societal impacts through the lens of public policies adopted to combat it. Hunger, a persistent and multifaceted challenge, is rooted in socioeconomic, historical, and political factors such as income inequality, land concentration, and limited access to education and healthcare. Throughout history, notable figures like Herbert de Souza, also known as Betinho, played crucial roles in raising awareness and mobilizing efforts against hunger, influencing the implementation of significant public policies. The study examines key programs such as Comunidade Solidária, Fome Zero, and Bolsa Família, highlighting their origins, strategies, and impacts on reducing food insecurity. Despite the progress made, hunger remains a significant challenge in Brazil, requiring a coordinated and multidisciplinary effort involving government, civil society, the private sector, and academia. The critical analysis of these public policies seeks to assess their effectiveness, efficiency, and impact, providing insights for the formulation of more effective and sustainable strategies. This study underscores the importance of an integrated and coordinated approach to addressing hunger, promoting social inclusion and the autonomy of families facing food insecurity.

Keywords: hunger, food insecurity, public policies, Brazil, social inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL (2004-2013).....	23
GRÁFICO 2 - TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL (1992-2003).....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO EM RENDA PER CAPITA DOMICILIAR, DIVERSOS PERÍODOS - BRASIL E REGIÕES (%).....	37
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DE SEIS ESTRATOS DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO BRASIL (2001-2005).	38

LISTA DE ABREVIATURAS

- BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAIXA:** Caixa Econômica Federal
- CBIA:** Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
- CONASE:** Conselho Nacional de Assistência Social
- CONSEA:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- FAO:** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FHC:** Fernando Henrique Cardoso
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRE:** Instituto Brasileiro de Economia
- LBA:** Legião Brasileira de Assistência
- MBES:** Ministério do Bem-Estar Social
- MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC:** Ministério da Educação
- MPAS:** Ministério da Previdência e Assistência Social
- MTPS:** Ministério do Trabalho e Previdência Social
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- OXFAM Brasil:** Oxfam Brasil
- PSDB-SP:** Partido da Social Democracia Brasileira - São Paulo
- SAS:** Secretaria de Assistência Social
- SOFI 2021:** The State of Food Security and Nutrition in The World 2021

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	17
2.1 Contextualizando a Fome	18
2.2 Teorias Sobre a Fome	18
3. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	23
3.1 Comunidade Solidária	24
3.1.1 Estratégias do Programa	30
3.1.2 Objetivos do Programa	31
3.1.3 Dificuldades Enfrentadas	32
3.2 Programa Fome Zero	32
3.2.1 Políticas Estruturais	34
3.2.2 Políticas Específicas	34
3.2.3 Políticas Locais	34
3.3 Programa Bolsa Família	35
3.3.1 Fundamentos do programa	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A experiência de se alimentar transcende a mera necessidade biológica de saciar a fome. Conforme Contera e Gracia (2011), nossas escolhas alimentares são moldadas por um mosaico de fatores, desde preferências individuais e prazer sensorial até considerações orçamentárias e influências culturais arraigadas em vivências individuais e coletivas. Assim, a alimentação se configura como um ato cultural intrínseco, onde sabores, aromas e prazeres se entrelaçam com tradições e identidades.

No entanto, para uma parcela significativa da população global, esse direito fundamental é negado. A fome, realidade persistente e desoladora, assola sociedades em todo o mundo, inclusive o Brasil, ao longo dos séculos. Ela se configura como um dos desafios mais urgentes e complexos da humanidade, com implicações profundas na saúde, na economia e na justiça social. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que, em escala global, 828 milhões de pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar, refletindo uma realidade preocupante e urgente (FAO, 2022).

O combate à fome no Brasil é uma causa que remonta décadas e foi marcada por figuras notáveis como Herbert de Souza, o Betinho. Sua trajetória é um reflexo do compromisso persistente com a erradicação da fome no país. Betinho, sociólogo e ativista social, desempenhou um papel fundamental na conscientização e mobilização para enfrentar a fome e suas raízes profundas. Sua incansável dedicação, aliada à sua visão abrangente, promoveu não apenas a discussão sobre o problema, mas também a implementação de políticas eficazes de combate à insegurança alimentar. Na década de 1990, Herbert cunhou uma de suas frases mais famosas: “quem tem fome, tem pressa”. Mais de 20 anos depois, a fome ainda persiste em nosso país, evidenciando que, mesmo com pressa, os passos para a superação desse problema ainda são lentos.

A fome no Brasil se configura como um problema multifacetado, enraizado em um conjunto de fatores socioeconômicos, históricos e políticos. A desigualdade de renda, a concentração de terras, o acesso precário à educação e à saúde, a informalidade no mercado de trabalho e a fragilidade dos sistemas de proteção social se configuram como algumas das principais causas estruturais que perpetuam a insegurança alimentar no país.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a fome ainda representa um desafio significativo para o Brasil. Segundo o Relatório Global sobre Segurança Alimentar e Nutrição 2022 da ONU, em 2020, cerca de 5,5 milhões de brasileiros enfrentaram fome moderada ou grave (ONU, 2022). Esses números alarmantes demonstram a necessidade urgente de ações mais efetivas para combater esse problema e garantir o direito à alimentação adequada para todos os cidadãos brasileiros.

Ao longo da história, diversos programas e políticas públicas foram implementados no Brasil com o objetivo de combater a fome e a insegurança alimentar. Entre os programas mais emblemáticos estão o Comunidade Solidária, o Fome Zero e o Bolsa Família. Apesar dos avanços promovidos por essas iniciativas, como a redução da pobreza extrema e da desnutrição infantil, ainda há desafios a serem superados.

É fundamental realizar uma análise crítica das políticas públicas de combate à fome, avaliando sua efetividade, eficiência e impacto na realidade social. Essa análise deve considerar fatores como a cobertura dos programas, a focalização dos recursos, a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de promover a inclusão social e a autonomia das famílias em situação de insegurança alimentar.

O combate à fome no Brasil exige um esforço conjunto e multidisciplinar que envolva o governo, a sociedade civil, o setor privado e a academia. É fundamental fortalecer os programas de transferência de renda, investir em educação e saúde de qualidade, promover o desenvolvimento rural sustentável e garantir o acesso à terra e à água.

Além disso, é necessário aprimorar a coordenação entre os diferentes níveis de governo e fortalecer a participação da sociedade civil no monitoramento e na avaliação das políticas públicas de combate à fome.

Neste contexto, este TCC busca traçar um panorama abrangente da fome no Brasil, considerando as contribuições de teóricos do tema. Será examinada a evolução histórica do problema, as causas estruturais que o perpetuam, as políticas públicas implementadas para combatê-lo e os desafios futuros.

A justificativa para a realização deste estudo reside na relevância e na atualidade da problemática da fome no Brasil. Como uma das maiores economias do mundo, o país ainda enfrenta níveis significativos de insegurança alimentar e desnutrição. Isso não apenas representa uma tragédia humanitária, mas também

tem implicações econômicas substanciais, afetando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Durante os anos 1990, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica e social. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, a taxa de subnutrição no país atingiu seu pico, afetando 14,9% da população, o que representa mais de 24 milhões de brasileiros (IBGE, 1992). Esse período caracterizou-se por altas taxas de pobreza, desigualdade de renda e insuficiência de políticas públicas eficazes para combater a fome. Os desafios enfrentados durante a década de 1990 ainda ecoam na atualidade, mesmo diante de avanços econômicos e sociais. Os dados demonstram que, embora o Brasil tenha feito progressos significativos na redução da fome, a problemática persiste, e a subnutrição crônica ainda atinge uma parcela substancial da população. Esse histórico reforça a necessidade premente de abordar a fome de forma abrangente, compreendendo suas raízes profundas e as complexas interações entre fatores econômicos, sociais e políticos.

Segundo o Relatório de Segurança Alimentar Global 2021, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), aproximadamente 9,1% da população brasileira sofre de subnutrição crônica, o que equivale a mais de 19 milhões de pessoas (FAO, 2021). Esse dado por si só ressalta a gravidade da situação e demonstra que, apesar do Brasil ser uma das maiores economias do mundo, uma parte significativa de sua população enfrenta insegurança alimentar. Tais números não apenas representam uma tragédia humanitária, mas também têm implicações econômicas substanciais.

Outro aspecto que justifica a abordagem desta problemática é a necessidade premente de compreender as complexas interações entre fatores econômicos, sociais e políticos que perpetuam a fome no país. A desigualdade de renda é uma das principais causas subjacentes da insegurança alimentar, e o Brasil possui uma das maiores disparidades de renda do mundo. Dados do relatório "Riqueza: Ter mais com menos", da Oxfam Brasil, revelam que, em 2020, os 42 bilionários mais ricos do país tinham riqueza equivalente à metade mais pobre da população (OXFAM BRASIL, 2020).

Essas desigualdades econômicas e sociais têm sido exacerbadas pela pandemia de COVID-19, que impactou negativamente a segurança alimentar de milhões de brasileiros. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

apontou que a pandemia levou à perda de empregos e à queda na renda, tornando ainda mais crítica a situação daqueles que já enfrentavam insegurança alimentar (IBRE, 2023).

Portanto, a pesquisa sobre a fome no Brasil não é apenas oportuna, mas também imperativa. Ela não só destaca a urgência da problemática, mas também sinaliza a necessidade premente de políticas públicas eficazes que abordem as raízes profundas da fome e busquem garantir uma alimentação adequada para todos os cidadãos brasileiros.

Este trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise da problemática da fome no Brasil, explorando sua evolução histórica e os impactos que reverberam na sociedade. A intenção é oferecer discussão que possibilite melhor compreender que avanços, ainda são necessários, por meio das melhorias nas políticas públicas para ao combate à fome e à desnutrição no Brasil.

Analisar e contextualizar o cenário da fome no Brasil, principalmente na segunda metade do século XX, buscando compreender o conceito de fome e sua causa. Realizar uma análise crítica das políticas públicas adotadas a partir de 1995 para combater a fome no país, avaliando sua eficácia e identificando áreas sujeitas a aprimoramentos. Conduzir uma avaliação quantitativa comparativa da prevalência da fome ao longo dos anos de existência dos programas estudados, destacando êxitos, obstáculos e potenciais oportunidades de melhoria.

Como objetivos específicos, este trabalho pretende: a) analisar e contextualizar o cenário da fome no Brasil, principalmente na segunda metade do século XX, buscando compreender os fatores históricos, sociais e econômicos que influenciaram a manifestação e persistência desse desafio;. b) realizar uma análise crítica das políticas públicas adotadas a partir de 1995 para combater a fome no país, buscando e identificar áreas sujeitas a aprimoramentos; e, c). examinar a prevalência da fome nos anos de 2004, 2009 e 2013, destacando êxitos, obstáculos e potenciais oportunidades de melhoria.

A análise das políticas públicas, em especial os programas sociais como Comunidade Solidária, Fome Zero e Bolsa Família, será central para compreender os avanços e desafios enfrentados nesse campo ao longo do tempo. O intuito examinar esses programas de modo a discutir se e como tais políticas têm sido efetivas e inclusivas no enfrentamento da fome no Brasil.

A metodologia adotada para este estudo integra uma abordagem abrangente, envolvendo revisão bibliográfica e análise de dados. Sua estrutura foi cuidadosamente delineada para atingir os objetivos previamente estabelecidos no contexto deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A revisão bibliográfica, etapa essencial deste trabalho, visa obter informações a partir de fontes acadêmicas, literárias e científicas relacionadas à problemática da fome no Brasil. O processo de revisão bibliográfica segue diversas etapas, incluindo a seleção de fontes, a condução da pesquisa em bibliotecas acadêmicas, bases de dados online, repositórios institucionais e acervos de periódicos científicos. Para tal, serão utilizados motores de busca apropriados, tais como Google Scholar, Scielo, Scopus, Web of Science, e bases de dados de periódicos científicos relevantes. A seleção rigorosa abrangerá artigos acadêmicos, livros, teses, dissertações, reportagens de grandes veículos de comunicação e documentos governamentais que abordam aspectos pertinentes à fome no Brasil, englobando causas, políticas públicas e impactos econômicos. A análise e síntese destes materiais ocorrerão de maneira a identificar conceitos-chave, tendências e lacunas na literatura, fornecendo assim uma base sólida para a fundamentação teórica do trabalho.

A análise de dados é uma vertente fundamental, visando investigar as causas e consequências da fome no Brasil, além de avaliar a eficácia das políticas públicas de combate à problemática. Essa análise abrangerá várias etapas, incluindo a coleta de dados a partir de fontes confiáveis como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Banco Mundial, entre outros órgãos governamentais e organizações internacionais. Os dados coletados serão organizados, tabulados e, quando necessário, tratados estatisticamente para assegurar consistência e confiabilidade. A análise propriamente dita compreenderá métodos quantitativos e qualitativos, envolvendo análise estatística, elaboração de gráficos e interpretação de resultados. Este enfoque multidimensional possibilitará uma compreensão abrangente das tendências e padrões relacionados à fome no Brasil.

Além desta introdução, este trabalho está organizado em mais dois capítulos e um item final com as conclusões. No primeiro capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos e discute-se temas como a contextualização da fome e as teorias sobre a fome. No segundo capítulo, o foco são as políticas e programas de

combate à fome, abordando o programa Comunidade Solidária, o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, além dos fundamentos de cada um dos programas, as dificuldades enfrentadas e outros temas relevantes.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, propõe-se a uma análise dos fundamentos teóricos que cercam a problemática da fome e da insegurança alimentar no contexto brasileiro. Busca-se, assim, lançar luz sobre as diversas facetas dessa questão complexa, considerando não apenas a perspectiva contemporânea, mas também realizando um resgate histórico que permita uma compreensão mais abrangente da evolução desse desafio ao longo do tempo.

Assim, pretende-se identificar os pontos cruciais que moldaram o cenário atual, desvelando as raízes históricas e socioeconômicas que contribuíram para a configuração da fome como uma realidade persistente em determinados estratos da sociedade brasileira. Esse exercício de contextualização histórica visa enriquecer nossa compreensão, fornecendo *insights* valiosos sobre as origens e transformações dessa problemática.

No decorrer dos subitens, direcionaremos nossa atenção para responder a questionamentos cruciais que permeiam a discussão sobre a fome no Brasil. Investigaremos as diferentes nuances do conceito de fome, desdobrando-o em seus elementos essenciais e considerando as variáveis que o compõem em um contexto contemporâneo.

Ao explorarmos a dimensão atual da fome no Brasil, buscaremos identificar quem são os indivíduos que enfrentam essa realidade, mapeando grupos vulneráveis e compreendendo os fatores que contribuem para a perpetuação dessa condição. Nesse ponto, faremos incursões pelas teorias e contribuições de pensadores que discutem o tema e que, ao longo do tempo, trouxeram perspectivas valiosas para a compreensão da fome, como Thomas Malthus e Josué de Castro, entre outros.

Assim, este capítulo se apresenta como uma jornada investigativa, entrelaçando teorias, dados históricos e reflexões contemporâneas para construir uma narrativa abrangente sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil. Através dessa análise multifacetada, buscamos não apenas abordar a complexidade desse fenômeno, mas também fornecer subsídios para a formulação de estratégias e políticas eficazes no enfrentamento desse desafio social premente.

2.1 CONTEXTUALIZANDO A FOME

A fome é um fenômeno complexo que ultrapassa a mera carência de alimentos. Para uma compreensão completa desse desafio, é essencial explorar as teorias e conceitos que o envolvem. O termo "fome" é amplamente utilizado no dia a dia, mas é fundamental definir o contexto específico ao qual nos referimos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no texto *The State of Food Security and Nutrition in The World 2021 (SOFI 2021)*, a fome é caracterizada pela falta de acesso consistente a alimentos, levando as pessoas a terem dietas de baixa qualidade nutricional. Essa situação pode ser considerada uma privação crônica de alimentos. No entanto, é importante notar que, atualmente, mesmo quando as pessoas fazem refeições, podem estar sujeitas ao problema da desnutrição. Isso ocorre porque a fome contemporânea está mais relacionada à questão da insegurança alimentar do que à ideia literal de total ausência de alimentos.

A FAO define a segurança alimentar como a situação em que as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para garantir sua sobrevivência. No entanto, é crucial compreender que a insegurança alimentar não é um conceito homogêneo. Pode assumir diferentes níveis, classificando-se como leve, moderada e aguda.

No texto citado, os autores apontam que houve um salto de cerca de 9,9% da população mundial que estavam em situação de insegurança alimentar em comparação ao ano anterior, ou seja, quase 768 milhões de pessoas estavam subnutridas no ano de referência (FAO, 2021). Para eles, a pandemia tinha papel fundamental para o ocorrido, mas não só: as crises econômicas estariam agravando ainda mais tal cenário,

Este entendimento multidimensional da fome e da insegurança alimentar é fundamental para abordar o problema de maneira abrangente. Compreender que a fome não se limita apenas à falta de alimentos, mas também à qualidade e ao acesso, é um ponto de partida essencial para qualquer discussão sobre o tema.

2.2 TEORIAS SOBRE A FOME

Ao longo da história, a fome tem sido frequentemente relacionada a problemas de produção, guerras e desastres naturais. Thomas Malthus (1766-1834), um influente economista britânico e reverendo, ficou notável por sua teoria da fome, que é frequentemente referida como a "Teoria de Malthus". Sua perspectiva sobre o crescimento populacional e os recursos disponíveis gerou debates persistentes sobre o futuro da humanidade, influenciando economistas como David Ricardo e criando indiretamente escolas de pensamento inteiras como os "neomalthusianos" (Souza, Previdelli, 2017).

Malthus disserta sobre essa teoria no livro 'Ensaio sobre o Princípio da População' (Malthus, 1798), para ele, a população humana tende a crescer exponencialmente, enquanto a produção de alimentos aumenta apenas de maneira aritmética. Em outras palavras, a população tende a se multiplicar a uma taxa mais rápida do que a capacidade da sociedade de produzir alimentos para sustentá-la.

Para o autor, esse desequilíbrio entre o crescimento populacional e a produção de alimentos inevitavelmente levaria a crises de fome e escassez. Ele argumentava que, quando a população excede a capacidade de produção de alimentos, ocorre um "freio malthusiano" que reduz a população. Esse freio pode ser causado por fome, doenças, guerras ou outros fatores que reduzem o número de pessoas. Isso pode ser visto no seguinte trecho :

Mas como pelas leis de nossa natureza deve haver algum obstáculo ao crescimento da população, é melhor que a população seja controlada por uma previsão das dificuldades em se cuidar de uma família e pelo medo da pobreza dependente, do que ser estimulada apenas para ser contida, posteriormente, pela privação e pela doença. (Malthus, 1996, p. 272).

Malthus via essa dinâmica como intrínseca à condição humana e previu que a fome seria uma constante na sociedade, a menos que medidas para conter o crescimento populacional fossem tomadas. Ele recomendou o autocontrole reprodutivo e políticas de controle de natalidade como meios de evitar a superpopulação (Malthus, 1996).

No entanto, a teoria de Malthus tem sido objeto de controvérsia. Críticos argumentam que, na realidade, a produção de alimentos tem acompanhado o crescimento populacional, graças a avanços tecnológicos e práticas agrícolas mais

eficientes. Além disso, a teoria de Malthus não considera questões econômicas, sociais e políticas que influenciam a distribuição de alimentos e recursos.

Karl Marx, em particular, criticou a "lei da população" de Malthus, classificando-a como metafísica e inadequada para explicar as dinâmicas populacionais humanas. Marx contrapôs a visão de Malthus com sua concepção dialética, afirmando que não existe uma "lei populacional abstrata" para os seres humanos, diferentemente das plantas e animais, onde o ser humano não intervém historicamente (Viana, 2006). Para Marx, a teoria de Malthus ignorava as desigualdades sociais e econômicas, focalizando erroneamente no crescimento populacional como a principal causa da fome. Ademais, a abordagem malthusiana foi criticada por seu viés higienista, que propunha medidas de controle populacional desproporcionalmente aplicadas às populações pobres, perpetuando a exclusão social e negligenciando as causas estruturais da fome e da pobreza.

Muito influenciado por Malthus, o mundo enxergava a fome quase como um tabu. Deste modo, por muito tempo a economia tradicional enxergava a fome como um resultado da simples escassez de alimentos, enxergando a fome como algo inevitável e algo a ser aceito pela sociedade. (Frutoso, Viana, 2021) No entanto, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que o tema começou a receber mais atenção de acadêmicos e novas abordagens viriam a surgir.

Dentre os estudiosos do tema, está Josué de Castro, renomado geógrafo e médico brasileiro, que desempenhou um papel seminal na compreensão da fome e da desnutrição como fenômenos complexos e multifacetados. O autor considera esses fenômenos dessa forma porque procurou integrar conhecimentos de diversas disciplinas, incluindo geografia, biologia, medicina, nutrição, higiene, epidemiologia, história, sociologia, antropologia, ecologia, economia, filosofia, direito e política, oferecendo uma análise ampla e interconectada dessas questões em sua obra "Geopolítica da Fome," publicada em 1946 (Teixeira de Carvalho, Shimizu, Garrafa, 2019).

Segundo o autor, mesmo que a fome seja uma calamidade que cause estragos maiores do que guerras e epidemias juntas, havia uma notável falta de estudos aprofundados sobre o assunto. Essa negligência acadêmica, como apontou o autor, estava ligada a uma visão histórica da fome, que a associava principalmente a problemas de produção, terras improdutivas ou secas e conflitos armados. Essa negligência pode ser observada por Castro no seguinte trecho:

Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto. (Castro, 1964, p. 20).

O contexto no qual Josué de Castro escreveu seu livro era pós-Segunda Guerra Mundial, um período em que grande parte da Europa estava se esforçando para se reconstruir após anos de dificuldades e destruição, enquanto no Brasil, o Estado Novo (1937-1945) havia recém terminado (Frutoso, Viana, 2021). Nesse cenário, o autor destaca um ponto relevante: a fome, até então, era frequentemente associada a problemas locais, como terras improdutivas ou secas, ou a situações de guerra. No entanto, a obra de Josué de Castro chamou a atenção para o fato de que a fome não era apenas um problema de produção de alimentos, mas também uma questão estrutural, relacionada às desigualdades sociais e econômicas que permeavam a sociedade. (Castro, 1984)

Josué de Castro argumentou que a fome não é apenas uma questão de falta de alimentos, mas, sim, um reflexo de disparidades econômicas profundamente enraizadas. Ele destacou a necessidade de se abordar não apenas a produção de alimentos, mas também o acesso equitativo a esses recursos. Essa visão alinha-se com uma perspectiva de esquerda, que enfatiza a importância de reformas estruturais para criar uma distribuição mais justa dos recursos e da riqueza.

Portanto, o trabalho de Josué de Castro marcou um ponto de virada no estudo da fome e ressaltou a importância de compreender a fome não apenas como um desafio de produção, mas como uma questão de justiça social e equidade econômica. (Teixeira de Carvalho, Shimizu, Garrafa, 2019). No entanto, para uma compreensão mais profunda, é crucial reconhecer que as raízes estruturais da fome vão além da simples análise de produção e distribuição de alimentos.

A fome é intrinsecamente ligada às estruturas econômicas e sociais, refletindo desigualdades profundas e persistentes. O emprego precarizado e a falta de emprego são variáveis-chave que contribuem para a insegurança alimentar. A precarização do trabalho e a ausência de oportunidades de emprego adequado resultam em baixos rendimentos e instabilidade financeira, fatores que limitam o acesso a alimentos suficientes e nutritivos. Esse panorama destaca que a fome não

é apenas um problema econômico superficial, mas uma manifestação das desigualdades do modo de produção capitalista.

Assim, a fome deve ser compreendida como um problema estrutural e econômico, e não meramente moral. É resultado das falhas do sistema econômico capitalista que perpetuam a desigualdade e a pobreza. A falta de uma renda adequada e a insegurança no mercado de trabalho são reflexos de um modelo econômico que frequentemente prioriza a eficiência e o lucro em detrimento da justiça social e da equidade econômica.

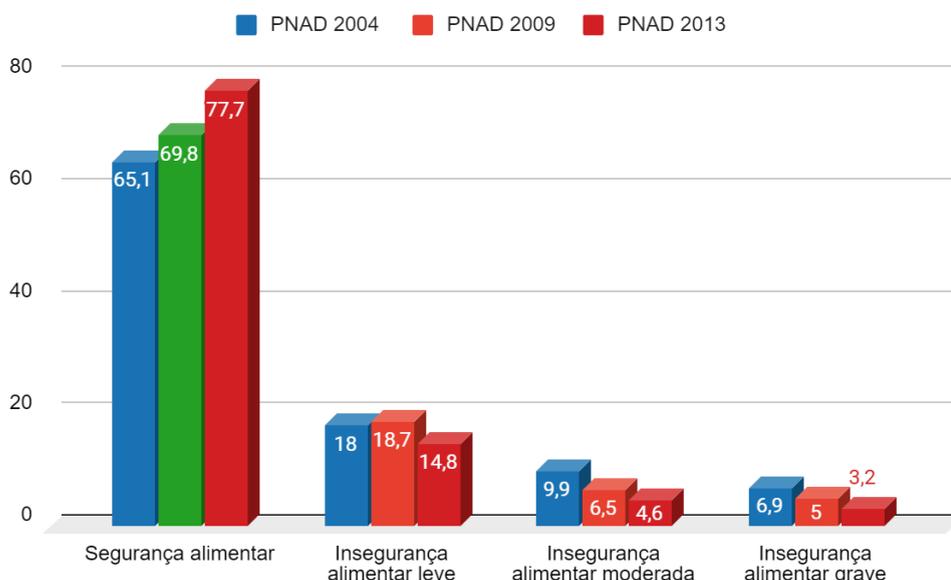
Deste modo, ao explorar as diferentes perspectivas históricas e teóricas sobre a fome, desde a teoria de Malthus até as contribuições significativas de Josué de Castro, entendemos que a fome é um fenômeno multifacetado, intrinsecamente ligado a questões sociais, econômicas e políticas. Essa compreensão crítica nos prepara para analisar como essas questões têm sido abordadas por políticas públicas contemporâneas. No próximo capítulo, examinaremos as principais políticas e programas implementados no Brasil ao longo das últimas décadas para combater a fome e a insegurança alimentar. Investigaremos como iniciativas como o Programa Comunidade Solidária, o Fome Zero e o Programa Bolsa Família foram concebidas e executadas para enfrentar esses desafios complexos. Ao conectar a teoria com a prática, buscamos entender não apenas as raízes da fome, mas também as soluções aplicadas e seus impactos na sociedade brasileira.

3. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE COMBATE À FOME

Ao longo do século XX, o Brasil enfrentou desafios consideráveis no combate à fome e à insegurança alimentar, um problema social que gerou inúmeras mobilizações e iniciativas governamentais. No entanto, apesar das dificuldades persistentes e das crises econômicas que marcaram a trajetória do país, houve avanços significativos na melhoria das condições alimentares da população ao longo das últimas décadas. A análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revela uma tendência positiva nas taxas de segurança alimentar entre os anos de 2004, 2009 e 2013. Este avanço é um reflexo de esforços contínuos e diversos para enfrentar a fome e promover a segurança alimentar no Brasil.

Conforme ilustrado no gráfico abaixo, é possível observar uma tendência clara de melhoria nas taxas de segurança alimentar ao longo desses anos. Em 2004, aproximadamente 65,1% das famílias brasileiras vivenciavam segurança alimentar, um índice que subiu para 69,8% em 2009 e alcançou 77,7% em 2013. Este aumento reflete um contexto mais favorável em relação à disponibilidade e ao acesso a alimentos, resultado de uma série de políticas públicas e programas sociais que foram implementados com o objetivo de enfrentar a insegurança alimentar e promover uma maior equidade social.

GRÁFICO 1 - SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL (2004-2013)



Fonte: PNAD 2013. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 2013.:

O gráfico evidencia que, em 2004, aproximadamente 65,1% das famílias brasileiras vivenciavam segurança alimentar. Esse índice cresceu para 69,8% em 2009 e alcançou 77,7% em 2013. Paralelamente, a insegurança alimentar leve, moderada e grave apresentaram declínios significativos, demonstrando o impacto positivo das políticas implementadas.

Este período de melhora nas taxas de segurança alimentar é um testemunho dos esforços significativos para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil. Os dados mostram não apenas uma melhoria nas condições alimentares da população, mas também uma redução nos níveis de insegurança alimentar, que englobam diferentes formas de privação alimentar, desde a insegurança leve até a grave. O declínio na insegurança alimentar pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo a expansão de redes de proteção social, a promoção de políticas de transferência de renda e a criação de programas voltados para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Esses avanços são o resultado de uma abordagem integrada e multifacetada, que envolveu a implementação de políticas e programas destinados a reduzir a fome e melhorar as condições de vida dos brasileiros mais vulneráveis. No entanto, mesmo com esses progressos, é importante reconhecer que os desafios ainda persistem. A insegurança alimentar ainda afeta uma parte significativa da população, e as desigualdades sociais continuam a representar obstáculos importantes para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Diante dessa visão geral dos avanços na segurança alimentar, é essencial aprofundar nossa análise nos três programas emblemáticos que tiveram papéis decisivos nesse processo: o Programa Comunidade Solidária, o Fome Zero e o Programa Bolsa Família. A seguir, examinaremos cada um desses programas em detalhes, explorando suas origens, estratégias e impactos para entender como eles contribuíram para os avanços observados e os desafios que ainda permanecem. A análise desses programas nos permitirá avaliar as lições aprendidas e as perspectivas futuras para a promoção da segurança alimentar no Brasil.

3.1 COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O Comunidade Solidária, implementado durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi uma iniciativa significativa que buscou coordenar e potencializar ações governamentais para atender às necessidades básicas de uma parcela da população em situação de vulnerabilidade social entre o período de 1995 até 2002. De acordo com o Decreto nº 1366/1995, que institui o Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, o artigo 1º estabelece o escopo do programa da seguinte maneira:

"Art. 1º O Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. Parágrafo único. Receberão atenção preferencial na implementação do Programa as ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social (Brasil, 1995 s/p)"

Esse artigo do referido decreto delineava claramente o propósito do Comunidade Solidária, estabelecendo que sua finalidade era coordenar esforços governamentais para atender às demandas da população que não possuía meios para prover suas necessidades básicas. Em especial, o projeto direcionava seus esforços para combater a fome e a pobreza, evidenciando o comprometimento do governo FHC com questões sociais críticas (Peliano, Resende e Beghin, 1995).

O parágrafo único desse artigo destacava a atenção preferencial a ser conferida a áreas específicas na implementação do programa. Essas áreas incluíam alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social. Essa abordagem setorial visava a abordar diversas dimensões das carências sociais, com um enfoque integrado e abrangente.

É importante ressaltar que esse não foi o primeiro projeto governamental de combate à fome do Brasil, muito pelo contrário, essa iniciativa inclusive vem para substituir o Plano de Combate à Fome e à Miséria criado pelo ex-presidente Itamar Franco em 1993. Ao criar o Comunidade Solidária, ocorreu a extinção de entidades como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a Legião Brasileira

de Assistência (LBA), assim como dois importantes órgãos voltados para a proteção e assistência sociais: o Ministério do Bem-Estar Social (MBES) e o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA). Em substituição a esses órgãos extintos, foi instituída a Secretaria de Assistência Social, integrada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (SAS/MPAS). Essa reorganização marcou uma mudança significativa no cenário das políticas sociais no país (Peres, 2005).

Sob a coordenação do Comitê de Articulação Federativa, o Comunidade Solidária buscava promover a cooperação entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil. Essa abordagem colaborativa visava superar as barreiras históricas de atuação desarticulada e segmentada nas políticas sociais, promovendo uma sinergia entre diferentes instâncias governamentais e setores da sociedade.

Peliano, Resende e Beghin (1995) apresentaram uma análise aprofundada sobre o Comunidade Solidária, destacando-o como uma estratégia eficaz de combate à fome e à pobreza. Segundo os autores:

O Comunidade Solidária é, assim, uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Pretende ser uma estratégia de articulação e coordenação de ações de governo no combate à fome e à pobreza, não se tratando de mais um programa. A parceria e a descentralização que caracterizam a proposta do Comunidade Solidária não permitem a elaboração de um modelo único de atuação. Trata-se de um processo extremamente dinâmico, construído coletivamente. (Peliano, Resende e Beghin, 1995, p.3)

A proposta do projeto visava introduzir novas práticas na esfera pública, buscando evitar problemas recorrentes como clientelismo, centralização, superposição e fragmentação de ações, assim como a pulverização de recursos. Essa abordagem visa eliminar ineficiências, descontinuidades e desperdícios, marcando uma mudança significativa em relação à situação anterior. Um exemplo emblemático desse cenário prévio ocorreu no final dos anos 80, quando o governo federal gerenciava quatro programas de alimentação e nutrição em quatro ministérios distintos, todos voltados praticamente para a mesma clientela. Essa descentralização e dispersão de esforços revelavam-se ineficazes, o que o

Comunidade Solidária busca corrigir por meio de uma abordagem mais integrada e eficiente (Peliano, Resende e Beghin, 1995).

Luiz Carlos Bresser-Pereira e a então Primeira Dama, Ruth Cardoso, foram figuras importantes no Programa Comunidade Solidária, contribuindo para moldar e implementar essa iniciativa social no Brasil. Bresser-Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, desempenhou um papel crucial na formulação de políticas públicas inovadoras e na criação de estratégias que visavam combater a fome e a pobreza. Sua visão estratégica e experiência em políticas econômicas contribuíram para a estruturação do programa, destacando-se por seu compromisso com a promoção de ações sociais eficazes (Peres, 2005). Ruth Cardoso, por sua vez, foi uma figura fundamental como coordenadora do Comitê Gestor do Comunidade Solidária. Sua atuação como antropóloga e socióloga trouxe uma perspectiva enriquecedora para o programa, considerando aspectos culturais e sociais na implementação de ações voltadas para comunidades vulneráveis. A contribuição conjunta de Bresser-Pereira e Ruth Cardoso refletiu-se na abordagem abrangente do programa, que não apenas visava atender necessidades imediatas, como a fome, mas também buscava promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida para a população mais carente do país (Peres, 2005).

Para contextualizar a implementação do Programa Comunidade Solidária, é essencial compreender o cenário econômico e político do Brasil na década de 1990, conforme descrito por Neri et al. (1996). O Brasil passou por uma mudança significativa em seu quadro econômico, migrando de uma economia com uma notável presença estatal para uma economia de capital aberto e com uma forte agenda de privatizações. Este período foi caracterizado por profundas transformações que alteraram a estrutura econômica do país, refletindo a necessidade de reformas estruturais para enfrentar crises anteriores e modernizar a economia nacional.

A década de 1990 começou com uma instabilidade econômica severa, marcada por uma inflação galopante e um cenário de recessão que afetou gravemente a vida dos brasileiros. Entre os anos de 1990 e 1992, o Brasil experimentou uma forte recessão, que resultou em um aumento expressivo do desemprego e uma considerável redução da atividade econômica. A recessão foi acompanhada por um ambiente político tumultuado, que culminou na crise do governo Fernando Collor de Mello. O presidente, que havia sido eleito com a

promessa de uma nova era de reformas e crescimento, enfrentou denúncias de corrupção que levaram ao seu impeachment e afastamento do cargo em 29 de dezembro de 1992. O vice-presidente Itamar Franco então assumiu a presidência e formou uma aliança com partidos de centro-direita no Congresso Nacional, buscando implementar o que ficou conhecido como Plano Real (NERI et al., 1996).

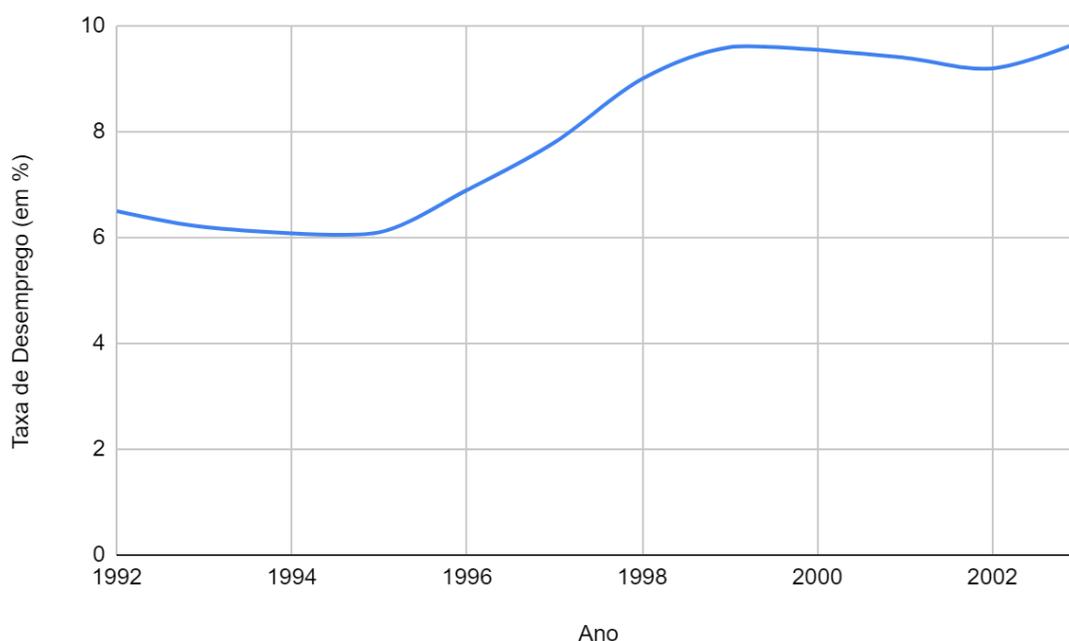
O Plano Real, lançado em julho de 1994, foi um conjunto de medidas econômicas projetadas para estabilizar a economia e controlar a inflação. Esse plano trouxe uma mudança estrutural na economia brasileira, com a introdução de uma nova moeda, o real, e uma série de reformas que visavam restaurar a confiança da população e dos investidores na economia nacional. Nesse contexto, a recuperação econômica se iniciou e o Brasil vivenciou um período de crescimento, que foi significativo no contexto da década de 1990. A taxa de desemprego, que havia sido elevada durante a recessão, começou a se estabilizar, com uma redução gradual dos índices de desemprego. Entre março de 1990 e junho de 1992, o desemprego variou entre 4% e 6%, atingindo seu pico no mês de junho de 1992. Mesmo assim, esses índices eram inferiores aos níveis de desemprego observados durante a recessão dos anos 1980, quando a taxa de desemprego havia chegado a 8% da população (NERI et al., 1996).

Com a implementação bem-sucedida do Plano Real, a candidatura do então deputado pelo PSDB-SP, Fernando Henrique Cardoso, à presidência da República foi fortalecida. A vitória de Cardoso nas eleições de 1994 e sua subsequente presidência foram marcadas por um período de crescimento econômico notável e uma melhoria nas condições de emprego. A taxa de desemprego caiu para 5% já em junho de 1994, um período de recuperação econômica intensa e significativa. Contudo, essa recuperação trouxe consigo mudanças na estrutura do mercado de trabalho. O emprego no setor industrial começou a diminuir, enquanto surgiam novas oportunidades no setor de comércio e serviços. Este fenômeno pode ser atribuído a diversas causas, incluindo o processo de terceirização e a flexibilização das leis trabalhistas promovidas na época, além de uma agenda de privatizações que tomou destaque durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, houve um aumento na informalidade do mercado de trabalho, com a taxa de trabalhadores informais subindo de 51,4% em 1995 para 53,5% em 2001 (NERI et al., 1996).

Entre 1993 e 1994, o Brasil experimentou uma recuperação econômica robusta, um período de otimismo que foi interrompido em 1998 pela crise dos Tigres Asiáticos, que afetou economias emergentes ao redor do mundo, e pela crise russa, que resultou na desvalorização do real e trouxe novos desafios econômicos ao país (NERI et al., 1996). Esses eventos externos ilustram a vulnerabilidade da economia brasileira frente a choques globais, apesar dos avanços obtidos durante o Plano Real.

A seguir, o Gráfico 1 apresenta a taxa de desemprego no Brasil entre 1992 e 2002, contextualizando a implementação do Programa Comunidade Solidária em um período de significativas mudanças econômicas e sociais:

GRÁFICO 2 - TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL (1992-2003)



Fonte: IDB 2004. Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro – 2004.

As mudanças econômicas e a instabilidade política da década de 1990, conforme descritas por Neri et al. (1996), criaram um cenário desafiador para a implementação de políticas sociais eficazes. No entanto, o Programa Comunidade Solidária, com seu enfoque colaborativo e integrado, representou um esforço significativo para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil, coordenando ações governamentais e promovendo parcerias entre os diversos níveis de governo e a

sociedade civil. Embora tenha enfrentado obstáculos econômicos e estruturais, o programa marcou um passo importante na trajetória das políticas sociais brasileiras.

No entanto, é crucial considerar o contexto mais amplo das políticas econômicas da época, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo FHC, ao implementar diversas reformas de liberalização econômica, também promoveu políticas que resultaram em uma precarização generalizada do trabalho e um aumento no desemprego. Essas políticas contribuíram para a deterioração das condições de trabalho e a redução da renda dos trabalhadores, o que, por sua vez, impactou negativamente a capacidade das pessoas de atender às suas necessidades básicas, incluindo alimentação.

3.1.1 Estratégias do Programa

A estratégia de atuação do Comunidade Solidária é fundamentada em quatro princípios essenciais que direcionam suas ações de combate à fome e à miséria (Peliano, Resende e Beghin, 1995). O primeiro princípio destaca a importância da parceria, reconhecendo que tanto as instâncias governamentais quanto as organizações da sociedade civil não podem operar de maneira isolada. Essa abordagem ressalta a necessidade de consenso entre os diversos agentes envolvidos para um tratamento eficaz de questões específicas.

O segundo princípio, baseado na solidariedade, representa um comprometimento ético com a erradicação definitiva da fome e da miséria no Brasil. Esse engajamento ético torna-se uma força motriz para superar os desafios e alcançar resultados significativos.

A descentralização das ações é o terceiro princípio, visando estimular a participação ativa da sociedade. Ao descentralizar, o programa busca não apenas aumentar a eficiência, mas também promover o envolvimento direto das comunidades nas iniciativas de combate à fome.

O último princípio destaca a importância da integração e convergência das ações. A estratégia acredita que o impacto global, quando as ações são implementadas simultaneamente, é mais potente do que a simples soma dos efeitos isolados. Essa abordagem sinérgica visa otimizar os resultados, promovendo uma atuação mais eficaz e abrangente na superação dos desafios relacionados à fome e à miséria no país.

3.1.2 Objetivos do Programa

Quando a estratégia da Comunidade Solidária foi concebida, três objetivos gerais foram delineados. Primeiramente, buscou-se otimizar o gerenciamento de programas federais para proporcionar benefícios imediatos às populações mais carentes, promovendo a participação da sociedade no controle da execução para ampliar alcance, eficácia e transparência. Além disso, a estratégia visava acolher, potencializar e apoiar programas e iniciativas em áreas de concentração de pobreza, desenvolvendo mecanismos articulados, convergentes, descentralizados e em parceria com a sociedade. Por fim, pretendia identificar novas prioridades e elaborar propostas de ação para temas emergenciais e grupos vulneráveis não adequadamente contemplados nos programas existentes (Peliano, Resende e Beghin, 1995).

Esses objetivos gerais deram origem a sete objetivos específicos, delineando a contrapartida do governo federal no combate à fome e à miséria. Esses objetivos abrangiam desde a redução da mortalidade na infância até a promoção da educação infantil, defesa dos direitos das crianças e adolescentes, passando por melhorias nas condições de alimentação, moradia, saneamento básico, vida no meio rural, geração de emprego e renda, qualificação profissional e desenvolvimento da educação.

A implementação desses objetivos envolveu a seleção inicial de 20 programas executados por nove ministérios, cada um contribuindo para uma abordagem multifacetada. Ao integrar o Comunidade Solidária, esses programas receberam um selo de prioridade, destacando-os como alvos preferenciais para a alocação de recursos, integração com outros programas e níveis de ação governamental, e parcerias com a sociedade. Essa seleção inicial, conhecida como Agenda Básica da Comunidade Solidária, reflete o compromisso de enfrentar as múltiplas dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social no Brasil (Resende, 2000).

3.1.3 Dificuldades Enfrentadas

Ao longo de sua implementação, o Comunidade Solidária enfrentou diversos desafios, como a complexidade de sua estrutura institucional e a necessidade de lidar com estruturas clientelistas locais. Contudo, sinalizou potencialidades na melhoria do gerenciamento de programas e na promoção de uma distribuição mais equitativa dos bens públicos por meio de uma abordagem de rede.

Além disso, o programa de certo modo retirava um pouco da responsabilidade do governo e união ao jogar a responsabilidade para a sociedade civil e municípios. Em uma reportagem de jornal da época mostra a descrença da população com os resultados efetivos do projeto (Folha de São Paulo, 2000, s/p) :

“Famílias que recebiam cesta básica por meio do programa do Comunidade Solidária não acreditam nas ações de geração de renda do Comunidade Ativa. [...] ‘O programa ficou limitado à entrega de cesta básica. Não foi desenvolvida nenhuma ação para dar condições às famílias de se sustentarem’, explica Mirtes Ferreira Musete, da comissão do projeto em Sete Barras.”

Em suma, sua implementação não conseguiu acabar com a fome, sofrendo fortes críticas por parte da sociedade. Muitas famílias que recebiam ajuda do programa acabavam sendo dependentes de políticas assistencialistas como a distribuição de cestas básicas e possuíam dificuldade para sair da situação de pobreza, sendo algo apenas paliativo.

No entanto, não se pode negar que o Comunidade Solidária e outras medidas realizadas durante o governo do FHC ajudaram na luta contra esse problema, tal como foi o caso da criação do Bolsa-Escola (programa realizado em “conjunto” ao Comunidade Solidária) e do Cadastro-Único foram extremamente importantes para os programas que vieram em seguida.

3.2 Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero, lançado no início do século XXI, representou um marco significativo na abordagem da fome no Brasil. A ideia do programa foi desenvolvida pelo Instituto Cidadania em 2000, presidido até então por Luis Inácio

Lula da Silva, e implementada em 2003 quando o mesmo se tornou presidente da República (Castro, 2003).

Sob a coordenação do governo federal, esse programa buscou atacar as causas subjacentes da fome, concentrando-se em ações que iam além da simples distribuição de alimentos, criando mudanças estruturais que visavam à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 55).

O Fome Zero procurou promover o acesso equitativo aos recursos, melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis e combater as desigualdades sociais, econômicas e de gênero que contribuem para a fome. Essa política pública não se contentava em distribuir cestas básicas de modo emergencial, mas também, a construção de restaurantes populares, a distribuição de cartão alimentação, construções de banco de alimentação e cisternas, visando uma resolução mais estrutural do problema (Antonio, 2014).

Um dos desafios do programa, era além de levar renda a esse grupo de pessoas, garantir que essa renda realmente fosse utilizada para o consumo de alimentos (Belick, 2003, p. 5). Belick (2003) explica um pouco do cenário em que o Brasil vivia No período da criação do programa:

Costuma-se dizer popularmente que o nosso país possui problemas relativos à insegurança alimentar que são um tanto distintos daqueles encontrados na África Subsaariana onde o que falta é justamente o alimento. No Brasil, não temos problemas de oferta de alimentos, mas 46 milhões de indivíduos vivem em situação de risco, pois a sua renda é insuficiente para que eles possam se alimentar nas quantidades recomendadas e com a qualidade e regularidade necessária. (Belick, 2003, p. 7).

O programa, conforme descrito na cartilha “Fome Zero: Como Participar”, escrita por Frei Beto e publicada em 2003, é definido como uma combinação de políticas públicas implementadas em três níveis: federal, estadual e municipal. No entanto, o papel principal é atribuído à sociedade civil. De acordo com os autores, o sucesso do programa depende da mobilização nacional.

As políticas do programa são categorizadas em três tipos: políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais.

3.2.1 Políticas Estruturais

As políticas estruturais têm como objetivo abordar a raiz do problema, erradicando a fome a longo prazo. Estas são de responsabilidade do poder público e incluem a geração de empregos, a previdência social universal, o incentivo à agricultura familiar, a intensificação da reforma agrária, a bolsa escola e o programa de renda mínima (Betto, 2003).

3.2.2 Políticas Específicas

As políticas específicas são aquelas implementadas pelo poder estadual, municipal e pela sociedade civil organizada. Estas incluem a doação de cestas básicas, a criação de cozinhas comunitárias, a ampliação da merenda escolar, a criação de restaurantes populares, a ampliação do PAT, o Programa Cartão-Alimentação e o Banco de Alimentos (Betto, 2003).

3.2.3 Políticas Locais

As políticas locais são de responsabilidade dos municípios e da sociedade civil local. Para as áreas rurais, a prioridade é dada à agricultura familiar local. Nas cidades pequenas e médias, as políticas incluem a criação de bancos de alimentos, parcerias com varejistas para a doação de alimentos, feiras do produtor e similares. Nas grandes cidades, as políticas envolvem bancos de alimentos, restaurantes populares e a modernização da rede de abastecimento (Betto, 2003).

Em resumo, o programa “Fome Zero” é uma iniciativa multifacetada que envolve uma variedade de políticas e estratégias para combater a fome no Brasil. Através da colaboração entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil, o programa busca não apenas aliviar a fome no curto prazo, mas também erradicá-la a longo prazo.

Embora o Programa Fome Zero não tenha atingido completamente suas metas, ele pavimentou o caminho para o sucesso do Programa Bolsa Família. A

partir de 2004, com a Lei de Renda Básica e Cidadania, o governo percebeu a necessidade de investir mais no Bolsa Família. Isso permitiu ao governo Lula manter seu compromisso com as questões sociais, uma bandeira sempre defendida pelo Partido dos Trabalhadores (Antonio, 2014).

Em suma, as políticas locais desempenham um papel crucial no combate à fome, adaptando-se às necessidades específicas de cada região, seja em áreas rurais ou urbanas. Através de iniciativas como a promoção da agricultura familiar, a criação de bancos de alimentos e a modernização das redes de abastecimento, essas políticas buscam garantir a segurança alimentar de forma sustentável e inclusiva. No entanto, a eficácia dessas medidas locais muitas vezes depende de uma coordenação eficaz com políticas nacionais abrangentes. No próximo capítulo, analisaremos o Programa Bolsa Família, uma das principais iniciativas nacionais de transferência de renda que, além de proporcionar alívio econômico imediato, visa promover melhorias a longo prazo nas áreas de educação e saúde das famílias beneficiárias. Essa abordagem integrada é fundamental para compreender como o Brasil tem enfrentado a fome e a pobreza de maneira holística e eficaz.

3.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, lançado em 2003 durante a gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não apenas se consolidou como um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, mas também marcou um significativo avanço nas políticas sociais brasileiras. Ao fornecer assistência financeira direta a famílias em situação de pobreza, o Bolsa Família não se limitou a abordar apenas o aspecto econômico, mas também introduziu condicionalidades que visavam assegurar melhorias na educação e saúde dessas famílias (Eiro, 2017). Além do apoio financeiro, o programa estabeleceu requisitos como a frequência escolar e a busca por atendimento médico regular, reconhecendo que a superação da pobreza envolve não apenas o aspecto monetário, mas também a promoção de condições que permitam o desenvolvimento integral das famílias beneficiárias. Essa abordagem inovadora buscou não apenas aliviar a condição econômica das famílias, mas também investir no capital humano, visando a longo prazo a quebra do ciclo de pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

As políticas e programas implementados, incluindo seus antecessores, tiveram impactos significativos na redução da insegurança alimentar no Brasil. Antes dessas iniciativas, milhões de brasileiros enfrentavam a ameaça constante da fome, e as ações governamentais foram fundamentais para reverter esse quadro. A evolução e os resultados dessas iniciativas refletem o compromisso do país em enfrentar um dos desafios mais prementes de nossa sociedade: a garantia do direito à alimentação e o combate à fome.

O Bolsa Família, embora tenha sido formalmente instituído como lei apenas em 2004 (Lei n. 10.836/2004), representou uma espécie de "união reformulada" de quatro programas principais que já existiam: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, demonstrando a continuidade e aprimoramento das políticas sociais em resposta às necessidades da população (Antonio, 2014). Essa transformação não apenas fortaleceu a abordagem integrada dos programas sociais, mas também consolidou a visão de que a erradicação da pobreza demanda ações coordenadas e abrangentes, envolvendo diversos setores da sociedade. Um dos grandes diferenciais do programa foi a ampliação do seu alcance: apenas de 2003 até 2006, a quantidade de pessoas beneficiadas triplicou (Antonio, 2014).

Para contextualizar o período histórico em que o Bolsa Família foi implementado, é necessário entender as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil no início do governo Lula, em 2003. Esse período foi marcado por uma forte inclusão social e defesa da indústria nacional. O país experimentou uma melhora econômica significativa que se estendeu do primeiro ano do mandato de Lula até 2008. Muito deste sucesso se deve ao aumento do consumo das famílias, sobretudo as de baixa renda, beneficiadas pelos programas sociais de redistribuição de renda como o Bolsa Família, políticas de aumento de crédito para consumo e expansão do investimento público, além de um crescimento no consumo de bens de consumo importados gerado pelo barateamento desses produtos. Observa-se que o aumento do consumo de bens de consumo ocorreu principalmente entre as camadas de baixa renda, com um crescimento acima do PIB da época, alterando a composição da demanda agregada do país após 2006 (Macedo e Porto, 2018).

No entanto, a forte crescente econômica do país enfrentou um desafio significativo devido à crise financeira de 2007, que assolou o mundo entre 2008 e 2010. Durante esse período, o Brasil adotou políticas anticíclicas para manter o

mercado de trabalho aquecido. Juntamente à alta das commodities dos setores agrícolas e de petróleo, o Brasil conseguiu evitar uma crise como a que afetou a maioria dos países à época, tornando-se a sexta maior economia do mundo. Contudo, esse momento positivo não durou muito, pois a crise mundial e a queda no preço das commodities ocorreram enquanto o governo federal aumentava o crédito ao consumidor, impulsionado pelo aumento das agências dos bancos públicos (Macedo e Porto, 2018).

Em meio a essas transformações, a renda média per capita cresceu após 2003, com destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, devido ao crescimento econômico do país, formalização dos empregos e aos programas de transferência de renda e aumento do crédito familiar. Esse aumento na renda média per capita foi percebido no aumento do consumo nessas regiões, bem como na região Norte. O desemprego nesse período apresentou uma relativa queda, com uma expressiva geração de empregos em todas as macrorregiões, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, além de um aumento real no salário mínimo, ajustado pela inflação, entre 2001 e 2013. No entanto, a taxa de desemprego voltou a aumentar a partir de 2014 (Macedo e Porto, 2018).

Podemos ter uma noção mais clara do crescimento da renda per capita por meio da Tabela 1, que apresenta a taxa média de crescimento da renda média per capita domiciliar em diversas regiões do Brasil durante diferentes períodos:

TABELA 1 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO EM RENDA PER CAPITA DOMICILIAR, DIVERSOS PERÍODOS - BRASIL E REGIÕES (%)

Brasil e regiões	1979-1990	1990-2001	2001-2012	2003-2012
Norte	2,1	-2,3	2,3	4,2
Nordeste	1,1	1,6	4,7	6,4
Sudeste	-0,4	0,9	2,7	4,2
Sul	1,2	2,0	3,5	4,4
Centro-Oeste	-0,2	0,6	4,3	5,9
Brasil	0,2	1,0	3,2	4,6

Fonte: Macedo, Pires e Sampaio (2015)

A tabela evidencia o significativo crescimento da renda per capita em todas as regiões do Brasil, especialmente após a implementação do Programa Bolsa Família

e outras políticas de redistribuição de renda. O período de 2003 a 2012 destaca-se pelo crescimento acelerado, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, refletindo o impacto positivo das políticas sociais e econômicas implementadas no início do século XXI.

Além disso, no período entre 2001 e 2005, a porcentagem de renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 47,2% para 45%, enquanto a porcentagem dos 5% mais ricos caiu de 33,8% para 32%. Em relação à renda total apropriada pelo 1% mais rico, houve uma diminuição de 13,8% para 12,9%, ao mesmo tempo em que a metade mais pobre do país viu sua participação na renda total aumentar de 12,7% para 14,2%. A Tabela 2 abaixo detalha a evolução do rendimento médio de seis estratos da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil entre 2001 e 2005:

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DE SEIS ESTRATOS DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO BRASIL (2001-2005)

Estrato	Renda Média em R\$ de agosto de 2006					Variação (%) 2001-2004	
	2001	2002	2003	2004	2005	Variação (%) 2001-2004	Variação (%) 2001-2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16	26,6
Segundo quinto	128	131	126,5	137,3	148	7,5	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232	250	3,3	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	418,1	471,6	6,4	19,9
Nono décimo	707,4	704,6	668,4	688,4	719,4	-2,7	1,7
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1894,6	1918,6	1968,3	-7,2	-4,3
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2	-2,5	3,5

Fonte: Paes de Barros, Foguel, Ulysea (2006)

A tabela mostra que a renda dos quintos mais pobres cresceu significativamente durante o período, especialmente entre os mais pobres, cuja renda aumentou 26,6% de 2001 a 2005. Já a renda do décimo mais rico diminuiu, indicando uma redução na desigualdade de renda.

Vale destacar que entre 2003 e 2005, a média anual de crescimento da renda dos brasileiros foi de 4,8%, ocorrendo de forma desigual entre os segmentos da população. Os mais pobres experimentaram um crescimento anual de 8,4%,

enquanto o décimo mais rico da população teve um acréscimo de 3,7%. Esse crescimento resultou em um aumento de 26,6% na renda dos mais pobres em 2005, indicando uma substancial redução da desigualdade social no país em comparação a 2001 (Paes de Barros, Foguel, Ulyssea, 2006).

Esse contexto econômico e político do início do século XXI, conforme descrito por Macedo e Porto (2018) e Paes de Barros, Foguel e Ulyssea (2006), criou um cenário propício para a implementação de políticas sociais como o Programa Bolsa Família. As melhorias econômicas e a inclusão social proporcionaram uma base sólida para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil, promovendo ações integradas que buscavam não apenas aliviar a fome imediata, mas também promover uma transformação estrutural nas condições de vida da população mais vulnerável.

3.3.1 Fundamentos do programa

Segundo o Manual do Pesquisador do Programa Bolsa Família, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2018, a ideia de cooperação entre União, Estado e Município é um conceito que continua sendo mantido assim como das políticas anteriores (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

As políticas públicas de proteção social têm como objetivos principais garantir o acesso aos direitos sociais e efetivar a atuação conjunta do Estado e da sociedade civil na prevenção e enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da vulnerabilidade social.

Nesse contexto, o Programa Bolsa Família emerge como uma significativa iniciativa de política pública, desempenhando um papel crucial na proteção das famílias em situação de pobreza e no apoio à melhoria de suas condições de vida.

O Programa Bolsa Família opera por meio de três dimensões estratégicas, convergindo esforços para romper o ciclo persistente da pobreza em famílias, que tende a se perpetuar entre gerações. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

A primeira dimensão destaca-se pela transferência direta de renda, desempenhando um papel fundamental ao prover auxílio imediato a famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza. Contudo, limitar a compreensão do Bolsa Família apenas a essa dimensão é subestimar seu potencial e objetivos.

A segunda dimensão, condicionalidades, representa compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo poder público. O acesso

aos serviços essenciais de saúde e educação é reconhecido como um direito fundamental, sendo crucial para interromper o ciclo intergeracional da pobreza. Essa abordagem visa combater os fatores que perpetuam a condição de pobreza de uma geração para outra.

A terceira dimensão do Programa abrange ações complementares, envolvendo iniciativas promovidas pelo Estado e pela sociedade civil. Estas são voltadas para o desenvolvimento das famílias beneficiárias, visando criar oportunidades que propiciem a saída da situação de pobreza. Embora o Bolsa Família não seja diretamente responsável por esta dimensão e pela geração dessas oportunidades, está intrinsecamente articulado ao Programa. O Bolsa Família atua como impulsionador de diversas outras iniciativas, colaborando para que as famílias superem a pobreza e a vulnerabilidade social.

A situação de vulnerabilidade social, que abrange a exposição a riscos pessoais e sociais, pode ser de caráter momentâneo, como no caso de famílias impactadas por desastres naturais, ou mais duradouro, como aquelas que residem em áreas marcadas por altos índices de violência e enfrentam desafios para a inclusão dos adultos no mercado de trabalho. Essa complexidade demanda abordagens multifacetadas para enfrentar as distintas facetas da vulnerabilidade social.

Desse modo, podemos perceber que, embora a sociedade civil seja citada pelo programa, ela não está no centro das ações, tendo um papel muito mais coadjuvante do que nos programas anteriores, retornando o protagonismo para o Estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de combate à fome no Brasil, ao longo das últimas décadas, têm experimentado tanto avanços significativos quanto percalços notáveis. O estudo aqui realizado destaca os desafios e progressos enfrentados durante diferentes administrações governamentais, com ênfase nas políticas e programas implementados nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante os anos 1990, o Brasil passou por mudanças econômicas profundas, migrando para uma economia de capital aberto e promovendo privatizações em larga escala. Esse período foi marcado por crises econômicas internacionais, como as crises dos Tigres Asiáticos e a crise russa em 1997 e 1998, que impactaram negativamente a economia brasileira. Além disso, as escolhas na área econômica, como a desregulamentação e a flexibilização do mercado de trabalho, resultaram em maior informalidade e na transferência de empregos do setor industrial para o setor de comércio, onde os salários e a segurança no emprego eram geralmente menores.

Apesar dessas dificuldades, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu implementar algumas melhorias no combate à fome e na geração de empregos, especialmente durante o período de estabilização econômica promovido pelo Plano Real. Contudo, os avanços foram limitados e insuficientes para resolver de maneira abrangente o problema da fome no Brasil.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, novos programas de distribuição de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família, foram lançados com o objetivo de combater a fome e a pobreza, aumentar a geração de renda dos mais pobres, promover a agricultura familiar e melhorar os índices de educação básica. Esses programas tiveram um impacto significativo na redução da insegurança alimentar e na melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres. A obrigatoriedade de matrícula escolar para crianças de famílias beneficiárias contribuiu para a diminuição das taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, demonstrando a eficácia desses programas.

No entanto, as políticas de desregulamentação trabalhista e previdenciária implementadas durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro reverteram muitos dos avanços alcançados, levando a um aumento na informalidade e à

ressurgência da insegurança alimentar. A concentração fundiária também aumentou, afetando negativamente a agricultura familiar e a distribuição de terras.

Portanto, os programas Comunidade Solidária, Fome Zero e Bolsa Família demonstraram que políticas públicas bem estruturadas e implementadas com foco na inclusão social podem ter um impacto significativo na redução da fome e das desigualdades sociais. No entanto, a eficácia dessas políticas depende de uma abordagem integrada e coerente, onde diferentes agendas políticas e econômicas trabalhem em conjunto para promover a justiça social e combater a pobreza.

Os desafios enfrentados pelos programas aqui analisados mostram que, embora a construção de políticas eficazes demande tempo e esforços consideráveis, a destruição desses avanços pode ocorrer rapidamente, desfazendo progressos importantes. Assim, é crucial que futuras políticas públicas estejam alinhadas em um mesmo norte, garantindo continuidade e sustentação dos esforços de combate à fome e promoção da igualdade social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Vinhas Ferreira Lopes. Fome Zero e Bolsa Família: uma análise das principais políticas públicas dos governos Lula. **Revista Geográfica Venezuelana**, Vol. 55(2), 2014, p. 321-329. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3477/347733745005.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. 2003. **Saúde e Sociedade**, V 12, p. 12-20. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqrHCk/abstract/?lang=pt&format=html#>. Acesso: 03 nov. 2023.

BETTO, Frei. Programa fome zero: como participar. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2003. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/401_1.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1366, de 13 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 665, col. 2, 13 jan. 1995. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/392379>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro – 2004. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2004/b06uf.htm>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CASTRO, Caroline. Critérios de Escolha na Priorização de Municípios Beneficiados pelo Programa Fome Zero. 2003. Monografia - Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984. 348 p.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. 496 p.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Síntese do Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024.** Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/servicos/plano-agricola-e-pecuario>. Acesso em: 06 jun. 2024.

EIRO, Flávio. O Programa Bolsa Família e os Pobres “Não Merecedores”: poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13, Out. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8090/12/Bapi_13_programa.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, **FAO**, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Ninguém quer discutir de barriga vazia, diz líder comunitária. São Paulo, segunda-feira, 11 de dezembro de 2000. **Jornal Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1112200012.htm>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FRUTOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200256, 2021.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351–370, abr. 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2021_v49_br_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

IBGE. Estatísticas sobre Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/03/17/estatisticas-sobre-o-analfabetismo-no-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segurança Alimentar 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

IBGE. Produção da Pecuária Municipal volume 49, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2021_v49_br_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. Uma avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): diagnóstico da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (Norte) e do Centro-Oeste (FCO). Brasília: Ipea, 2015. (Relatório de Pesquisa, n. 31/2013).

MALTHUS, Thomas Robert. **Os Economistas - Malthus**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. 382 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **FOME ZERO: uma história brasileira**, Volume I. Organizado por Adriana Veiga Aranha. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). **Manual do Pesquisador - Programa Bolsa Família**. Brasília: Governo Federal, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_estao_bolsa_familia_semlogo.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2000. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

ONU, OMS e Banco Mundial. Levels & Trends In Child Mortality. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10tyLDAGfBrygjTBsEftATIPlyvbWbQBBD/view?usp=sharing>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PELIANO, A. M. T. M.; RESENDE, L. F. de L.; BEGHIN, N. O. Comunidade Solidária Uma Estratégia de Combate a Fome e à Pobreza. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 12, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/139](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/139). Acesso em: 27 nov.. 2024.

PERES, Thais Helena de Alcântara. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 109–126, 2006. DOI: 10.15448/1984-7289.2005.1.37. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/37>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RESENDE, Luis Fernando de Lara. Comunidade Solidária: uma Alternativa aos Fundos Sociais. Brasília, maio de 2000. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0725.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico. **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói

TEIXEIRA DE CARVALHO, L. R.; SHIMIZU, H. E.; GARRAFA, V. (2019): Geografia e geopolítica da fome: bioética na obra de Josué de Castro. **Revista Bioética**, 27(1), 97-105. Brasília: Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422019271297>. Acesso em: 08/08/2024.

VIANA, N. A Teoria da População em Marx. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1112, p. 1009–1023, 2007. DOI: 10.18224/frag.v16i1112.191. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/191>. Acesso em: 28 jul. 2024.